

<http://dx.doi.org/10.1590/2176-457342467>

Autobiografia e (res)significação / *Autobiography and (Re-)Signification*

Yuri Andrei Batista Santos*
Vânia Lúcia Menezes Torga**

RESUMO

É cada vez mais sensível a grande profusão de distintas formas de narratividade (auto)biográfica na sociedade contemporânea. A partir do que apresentam pesquisas em diferentes campos dos estudos em linguagem, faz-se incontestável a heterogeneidade com que diversas formas de narração do eu em diferentes tons de autorreferência têm insurgido numa sociedade altamente mediatizada e globalizada. Nesse entrever, ancorados no edifício teórico da análise dialógica do discurso em confluência com estudos que se debruçam sobre as escritas de si, propomo-nos a discutir a ressignificação como ato característico do movimento de autorreferência constitutivo da autobiografia e de algumas outras formas de narrativas do eu. Dentre outras observações, destacamos, na construção discursiva de textos autorreferentes, como a autobiografia, um entrecruzamento entre sentidos, memórias e vivências em uma relação de ressignificação sob a luz do que o sujeito não só foi como agora é.

PALAVRAS-CHAVE: Autobiografia; Análise dialógica do discurso; Autorreferência; Espaço biográfico; Ressignificação

ABSTRACT

The great profusion of different forms of (auto)biographical narrativity in contemporary society is increasingly sensitive. From what is presented by studies in different fields of language studies, the heterogeneity with which diverse forms of narration of the self in different tones of self-reference have emerged in a highly mediatized and globalized society becomes indisputable. Therefore, anchored in the theoretical propositions of the dialogic analysis of discourse along with studies that focus on life writings, we discuss re-signification as a characteristic act of the movement of self-reference, constitutive of autobiographies and some other forms of narratives of the self. Among other observations, we highlight in the discursive construction of self-referential texts, such as autobiography, a cross-linking between senses, memories and life experiences in their relation of re-signification in the light of what the subject not only was, but is now.

KEYWORDS: *Autobiography; Dialogic discourse theory; Self-reference; Biographical space; Re-signification*

* Universidade de São Paulo - USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Campus Butantã, São Paulo, São Paulo, Brasil, FAPESP, Proc. 2019/02188-3; <https://orcid.org/0000-0002-3805-0586>; batista.yuriandrei@gmail.com.

** Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Departamento de Letras e Artes, Campus Ilhéus, Ilhéus, Bahia, Brasil; <https://orcid.org/0000-0003-3639-1608>; vtorga@uol.com.

Introdução

A narrativa não é apenas o meio, mas o lugar: a história da vida acontece na narrativa. O que dá forma ao vivido e à experiência dos homens são as narrativas que eles fazem de si.
Christine Delory-Momberger

O que seria do homem sem as suas vivências? E o que seriam suas vivências sem que fossem narradas? Se refletirmos bem, considerando a epígrafe deste espaço de discussão, a narrativa é o lócus em que a vida faz sentido para aqueles que a protagonizam. Nessa linha, podemos simplificar que aquilo que significou *ficou*, deixou marcas e acomodou-se na constituição heterogênea de um dado sujeito.

Por alguma razão justificável a este sujeito e a sua existência singular, essa marca passa agora a habitar o fio mnemônico, alinhavado discursivamente a partir das relações daquele que viveu, com quem viveu, onde viveu, o que viveu, etc. Uma malha infinda tecida de experiências. Por vezes maleável, por vezes insurreta, essa malha é o que dá pano para o infindo diálogo entre a vida e as imagens que construímos narrativamente sobre o viver. Como posiciona Bakhtin (2015), a vida e as formas de narratividade – o romance, como exemplifica o teórico russo – estão intrinsecamente ligadas, sendo os sentidos correntes no cotidiano sempre mobilizados, em maior ou menor grau, como matéria das mais diversas expressões estéticas e não-estéticas.

Por esse entrever, ao longo dos anos, algumas formas de narratividade envoltas em temáticas de uma vida abertamente *privada* saíram do quarto dos fundos e passaram a transitar pelas áreas da sala comunal. Alcançando os espaços de uma esfera dita *pública*, essas formas da narratividade declaradamente pessoais são aspectos contundentes do gradativo processo de diluição das barreiras dicotômicas que influenciaram por muito as relações sociais humanas. Como propõe Leonor Arfuch (2010), o vivencial foi sendo introduzido no âmbito da escrita literária a partir de escritores como Goethe, o qual, por meio de uma escrita considerada por muitos intimista, permitiu a inserção do *si mesmo* num espaço literário que ainda não abrigava (auto)biografias e demais formas matizadas.

Quando no fluir histórico os detalhes circunscritos às privacidades do indivíduo pouco a pouco transitam o terreno da vida social sob a forma de narrativas de vida, vemos as escritas de si gradativamente ascender a novos horizontes de contemplação,

permitindo o reconhecimento de um valor (auto)biográfico em percepção estética. Nesse sentido, podemos citar variadas formas de produção artística que cumprem o papel de tematizar as intimidades de uma subjetividade em construção, tais quais:

Biografias, autobiografias, confissões, memórias, diários íntimos, correspondências dão conta, por mais de dois séculos, dessa obsessão de deixar impressões, traços, inscrições, dessa ênfase na singularidade que é ao mesmo tempo uma busca de transcendência (ARFUCH, 2010, p.17).

Nossa proposta para este artigo, então, é discutir o funcionamento e constituição do gênero autobiografia, com ênfase às relações estabelecidas entre memória e escrita de si que caracterizam essa forma de narratividade. Nesse intuito, tomamos como bases epistemológicas fundamentos da teoria dialógica do discurso, edifício teórico basilarmente integrado pelas contribuições de pensadores como Mikhail Bakhtin, Valentin Volóchinov e Pável Medviédev, hoje muito difundido no Brasil em uma ampla diversidade de áreas do conhecimento.

Acreditamos que, na materialidade autobiográfica, não somente na produção como no âmbito de sua contemplação, para além do relato como plena captura e resgate do uma vez vivido, cabe refletir a condição de ressignificação das experiências de vida que marcaram/marcam uma dada subjetividade. Propomos, então, a ressignificação como elemento característico no fazer discursivo desse gênero e também como ação necessária ao público leitor, horizonte contemplativo dos que se propõem a literariamente autobiografar suas experiências de vida.

Apresentamos em primeiro plano alguns pontos de transição na história da subjetividade que influem sobre as percepções da autobiografia na contemporaneidade. Destacamos, nesse encaminhar, algumas postulações sobre autobiografia que influenciam sua percepção em um contexto atual, em especial, o posicionamento de Philippe Lejeune, de considerável relevância ao estudo de autobiografias e demais formas do que podemos chamar escritas de si na contemporaneidade. Propomo-nos, então, no espaço dialógico entre essas postulações, a problematizar o movimento de autorreferência enquanto elemento constitutivo do fazer autobiográfico, apoiando-nos nas leituras de Arfuch (2010) e seu espaço biográfico e nas lentes discursivo-dialógicas propostas nos estudos de Bakhtin e do Círculo.

1 Do preâmbulo autobiográfico à autobiografia moderna

Ao observarmos etimologicamente o termo autobiografia, vemos em cena, de forma objetiva, o seu significado enquanto a *escrita* ou, melhor, *registro da vida*, do grego, *bíos*, vida e *gráphein* que, por sua vez, está para escrever, desenhar, gravar, entre outras possibilidades (MITIDIÉRI, 2010), sugerindo formas de relato que vão além da linguagem em sua face verbal. Nessa perspectiva, percebemos em primeiro plano a ligação do gênero em estudo com a biografia. Com o acréscimo do radical grego *autós-* *auto*, temos a diferenciação e uma das especificidades conferidas à autobiografia, um relato de vida pela própria pessoa que viveu o acontecimento relatado.

Ainda nos mantendo numa orientação etimológica, Calligaris (1998, p.47) menciona inicialmente o caráter recente que o termo autobiografia tem em seu uso e relevância no âmbito da teoria literária. Sua raiz etimológica é grega, mas os antigos gregos não usavam a palavra autobiografia, tanto que “em inglês ela faz sua aparição nos últimos anos do século XVIII e só se estabelece nas primeiras décadas do século XIX. Mais misterioso (à primeira vista) é o fato de que também ‘biografia’ é uma palavra ausente em grego clássico”.

Como relata Bakhtin (2018, p.71), na Antiguidade não se identificam de fato autobiografias e biografias, segundo o teórico russo desenvolveu-se “uma série de formas biográficas e autobiográficas essenciais no mais alto grau, que exerceram enorme influência não só na evolução da biografia e da autobiografia europeia, como também na evolução de todo o romance europeu”. Sua proposta então discute a existência de dois importantes tipos de autobiografia: o platônico, manifesto nitidamente nas obras de Platão, como *A apologia de Sócrates* e *Fédon*, e a autobiografia e biografia retóricas, tendo por base o *enkômion*, o discurso civil, fúnebre e laudatório, de onde teria surgido a primeira autobiografia antiga na acepção bakhtiniana, o discurso de defesa de Sócrates. Bakhtin (2018) menciona ainda as obras agostinianas como uma dessas composições que integram o que podemos nomear de formas autobiográficas preambulares, em que, dentre outros aspectos, o pensador russo coloca como marca considerável desse preâmbulo a fusão do homem em sua feição interna (homem para si) e externa (homem para o outro).

Georges Gusdorf (1991), ao longo de suas pesquisas num viés antropológico, descreve a *ausência* do indivíduo na Antiguidade, observando que a pretensão por uma coesão dos sujeitos funcionava como atitude inibidora das intimidades, divergências e diversidades que potencialmente caracterizam o indivíduo. Gusdorf discorre que a autobiografia é um fenômeno cultural e historicamente localizado na mudança de horizonte demarcada pela entrada de um ideário judaico-cristão em meio ao predomínio da tradição clássica na sociedade ocidental. Acrescentando, nas palavras do autor:

Em primeiro lugar, é importante destacar o fato de que o gênero autobiográfico é limitado no tempo e no espaço: nem sempre existiu nem existe em todos os lugares. Se as *Confissões* de Santo Agostinho oferecem o ponto de referência inicial de um primeiro sucesso fenomenal, vemos imediatamente que é um fenômeno tardio na cultura ocidental, e que ocorre no momento em que a contribuição cristã é enxertada nas tradições clássicas. Por outro lado, não parece que a autobiografia tenha se manifestado fora de nossa atmosfera cultural; dir-se-ia que manifesta uma preocupação particular do homem ocidental, uma preocupação que ele levou consigo mesmo em sua conquista gradual do mundo e que comunicou aos homens de outras civilizações; mas, ao mesmo tempo, esses homens teriam sido submetidos, por uma espécie de colonização intelectual, a uma mentalidade que não era a deles (GUSDORF, 1991, p.9)¹.

Gusdorf constata, a partir de suas pesquisas em busca da constituição de um arcabouço autobiográfico em sociedades fora do mundo ocidental, que o registro de si é característica particular da subjetividade construída no Ocidente. Ele menciona que, quando disseminado em outras sociedades, o relato autobiográfico figura como forma de endosso a um hábito do colonizador, marcas de influência dessa colonização que submete o colonizado a uma prática prestigiada que não lhe seria característica. Nessa linha de pensamento, Gusdorf (1991), então, defende duas condições básicas para o surgimento do que se entende por autobiografia, que ficam bem resumidas em Calligaris (1998, p.46): “a condição básica para o escrito autobiográfico é dupla: a saída de uma

¹ No original: “En primer lugar, conviene resaltar el hecho de que el género autobiográfico está limitado en el tiempo y en el espacio: ni ha existido siempre ni existe en todas partes. Si las Confesiones de San Agustín ofrecen el punto de referencia inicial de un primer éxito fenomenal, vemos en seguida que se trata de un fenómeno tardío en la cultura occidental, y que tiene lugar en el momento en que la aportación cristiana se injerta en las tradiciones clásicas. Por otra parte, no parece que la autobiografía se haya manifestado jamás fuera de nuestra atmósfera cultural; se diría que manifiesta una preocupación particular del hombre occidental, preocupación que ha llevado consigo en su conquista paulatina del mundo y que ha comunicado a los hombres de otras civilizaciones; pero, al mismo tiempo, estos hombres se habrían visto sometidos, por una especie de colonización intelectual, a una mentalidad que no era la suya”.

sociedade tradicional e (portanto) o sentimento da história como aventura autônoma, individual”.

Na visão de Gusdorf, essas duas prerrogativas necessariamente resultaram de uma mudança no horizonte de visão de toda uma comunidade cultural, uma passagem que prevê o que Bakhtin (2018) também assinala: a dissociação do sujeito em sua acepção interna de sua acepção externa. Em outras palavras, foi necessário que o indivíduo passasse por um processo em que este reconhecesse o caráter diverso que marca a noção de subjetividade. O sujeito passa a se reconhecer como não idêntico em si e tampouco ao outro, cabendo um olhar mais generoso para os momentos presentes e não mais para um valor hereditário transcendental de origem comunitária ou familiar.

Tais mudanças na forma de concepção das noções de sujeito ganham espaço na Modernidade, momento em que o sujeito começa a descobrir que cada indivíduo é irrepetível e único, denotando um valor evanescente para o vivencial, o que, por sua vez, configura o ato de registro de si como forma de ganho para uma herança cultural comum. Em outras palavras, a perspectiva individual de cada subjetividade sobre o mundo e suas relações com ele passa a oportunizar à sua coletividade condições de enriquecimento intelectual e material.

É nesse sentido que muitos teóricos apresentam como marco inicial da autobiografia moderna as *Confissões* de Jean Jacques Rousseau (2008), obra categórica em que o pensador francês da seguinte forma assinala a inovação de seu feito: “Dou começo a uma empresa de que não há exemplos, e cuja execução não terá imitadores [...]. Quero mostrar aos meus semelhantes um homem em toda a verdade da natureza; e serei eu esse homem [...] (ROUSSEAU, 2008, p.29).”

Rousseau deixa assim um espaço aberto para uma forma de pintar o real que se desvela sobre tonalidades confessionais, íntimas e intimistas, marcas da autobiografia e demais formas autobiográficas. A obra tão amplamente estudada, em especial para além de seu contexto de concepção, apresenta certas características que acabam demarcando de fato a especificidade territorial em que estão situadas as escritas de si em dias contemporâneos. Como nos centra Leonor Arfuch (2010, p.48) a partir da análise da anterior citação ao texto rousseauiano:

O surgimento dessa voz autorreferencial (“Eu, só”), sua “primeiridade” (“Acometo um empreendimento que jamais teve

exemplo”), a promessa de uma fidelidade absoluta (“Quero mostrar a meus semelhantes um homem em toda a verdade da natureza, e esse homem serei eu”) e a percepção aguda de um outro como destinatário, cuja adesão é incerta (“Quem quer que sejas... Conjuro-vos a não escamotear a honra de minha memória, o único monumento de meu caráter que não foi desfigurado por meus inimigos”), traçavam com veemência a topografia do espaço autobiográfico moderno.

Fica tangível na afirmação de Arfuch a tentativa de Rousseau de ser o precursor da entrada das subjetividades em meio à narrativa literária, de forma a legitimar as marcas do sujeito anteriormente pouco evidentes, escondidas, abafadas em face das clausuras de preceitos positivistas. Dessa forma, as características observadas por Arfuch na obra precursora de Rousseau originam as silhuetas de uma forma de escrita autobiográfica mais madura, menos tímida na sua narratividade, mais robusta em termos de presença. Podemos interpretar e problematizar tais características a partir da seguinte ordem resumida: i) narração em autorreferência; ii) relato de algo que já aconteceu; iii) a garantia de veracidade no relato; iv) tematização de questões individuais do sujeito em referência.

Inicialmente, pensar a composição biográfica recai sobre uma narração de fatos, experiências vividas por uma dada subjetividade sob o narrar de uma terceira pessoa que não necessariamente esteve presente nos momentos em que os acontecimentos se passaram. Isso, de certa forma, acusa respaldo sobre a categoria do narrador que assina a validade dos acontecidos. No caso de uma escrita autobiográfica, a veracidade no ato de narração recai sobre os ombros da pessoa que viveu o narrado, o que parece inferir que, seguindo a divisa positivista, a narração almeje aproximação com o que de fato aconteceu, uma suposta essência do acontecimento.

O que Rousseau indubitavelmente sinaliza e reconhece é uma intenção de transparência, a ideia de que a verdade sobre a vida seria então contada em seu ineditismo sob o olhar daquele que vive e se reconhece na relevância desse papel. A pretensão rousseuniana acusa certa retomada de uma noção de essência do viver quando delega, em relação a quem vivenciou o acontecimento, o *status* do indivíduo mais suscetível para contar/conter a verdade que a narração encerraria. Essa voz real que fala de suas próprias ações traz no seu relato um valor empírico, que em sua razão *veni vidi*, testemunha determinado acontecimento por um viés único e faz disso um critério a favor da possível veracidade do seu relato

É a nós pertinente, de forma mais específica, a maneira com que tal obra e os pontos observados em sua caracterização são utilizados para embasar possíveis conceituações sobre a autobiografia como um gênero em meio ao cânone literário. Tais postulações são claramente identificáveis nas teorias de estudiosos como Philippe Lejeune, pesquisador com consideráveis investigações na área dos estudos acerca das escritas do eu e a demarcação do que ele condicionou inicialmente por *espaço autobiográfico* (LEJEUNE, 2014).

2 Lejeune e o espaço autobiográfico

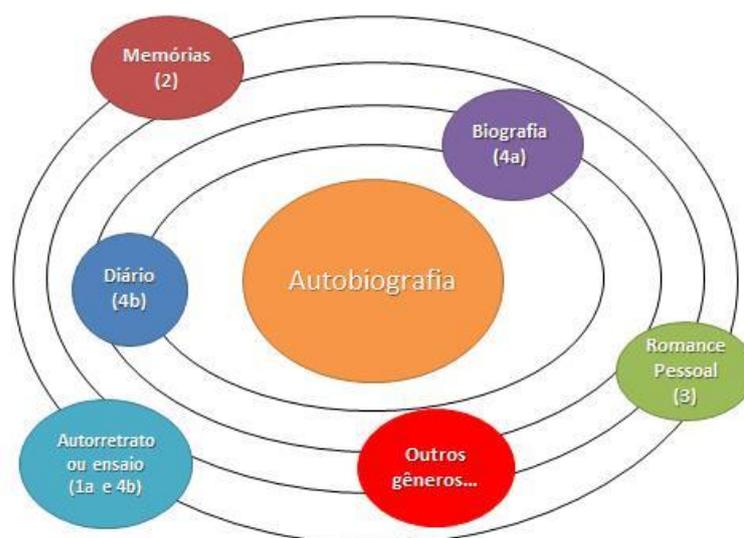
Com o que achamos ser também uma pergunta retórica, o pesquisador francês Philippe Lejeune aponta caminhos para nossas incursões científicas que se motivam, em grande tom, na busca de respostas que dialogicamente ressoem na linha da questão conseguinte: “Seria possível definir a autobiografia?” (LEJEUNE, 2014, p.15). Como propõe Jovita Noronha (2014) na apresentação de sua compilação dos trabalhos de Lejeune, pensar em autobiografia no cenário acadêmico contemporâneo não pode ser feito sem que nos detenhamos sobre os aportes do teórico francês, sendo que, na menção da pesquisadora, chega a ser impossível não confundir o autor e seu objeto de investigação. A partir de suas primeiras postulações em *L'autobiographie en France* (1971), o investigador inventaria formas autobiográficas francesas para analisar o funcionamento dessa expressão literária, mas antes de qualquer outro fim, percebe-se que seu projeto inicial é de dar legitimidade à autobiografia e suas singularidades no mapeamento do que seria um gênero.

Ao retomar obras que se situam no contexto europeu do século XVIII, a proposta do teórico francês se edifica na leitura e análise contrastiva de seu *corpus*. A sua busca almeja identificar e estabelecer traços que possam alicerçar sua definição de autobiografia, caracterizando essa forma languageira na proposição de feições para sua tipicidade.

No que concerne à definição empregada por Lejeune para o gênero autobiografia, temos: “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2014, p.16). Ao que veremos melhor detalhado a

seguir, Lejeune, apresenta a partir dos contornos do que seria o gênero autobiográfico, uma possibilidade de diferenciar outras formas narrativas em proximidade, o que ele chama de *gêneros vizinhos* da autobiografia, com menção específica a: memórias, biografia, romance pessoal, poema autobiográfico, diário e autorretrato ou ensaio. O contraste estabelecido entre estas formas, cujo comum interesse é a tematização dos acontecimentos que marcam vidas, parte da posição concêntrica da autobiografia, utilizada como paradigma para embasar todo o processo de descrição das demais formas narrativas do eu. Compõe-se nesse gesto uma construção de elaboração sistemática que alça a autobiografia e seu *status* a uma composição que respalda a conceituação do *espaço autobiográfico* proposto por Lejeune.

Fig. 1 - Constelação dos gêneros (auto) biográficos



Fonte: formulação própria a partir de Lejeune (2014).

A ilustração acima se baseia na distinção estabelecida por Lejeune, em que, a partir de uma ótica que endossa um viés maniqueísta, os gêneros são diferenciados com base na sua *dessemelhança* em relação aos elementos que compõem a organização do gênero autobiográfico. Se observarmos a figura, notaremos as características da autobiografia que o pesquisador francês aponta não constituir os gêneros acima destacados. Nesse sentido, é necessário observar o quadro disposto a seguir, que elenca as categorias de definição e os elementos utilizados por Lejeune em sua elaboração sistemática.

Abaixo são destacadas quatro importantes categorias que desdobram a caracterização de gênero apresentada pelo teórico francês. Para cada categoria segmentada pelo pesquisador, foram delimitados os elementos que configuram a unicidade do gênero autobiográfico.

| CATEGORIAS | 1. Forma da linguagem | 2. Assunto tratado | 3. Situação do autor | 4. Posição do narrador |
|------------|-------------------------------|---|---|--|
| ELEMENTOS | a) Narrativa; b) Em prosa. | Vida individual, história de uma personalidade. | Identidade do autor (cujo nome remete a uma pessoa real) e do narrador. | a) Identidade do narrador e do personagem principal; b) Perspectiva retrospectiva da narrativa. |

Fonte: LEJEUNE, 2014, p.16-17 (adaptado).

O autor explicita, a partir desse detalhamento, que sem o cumprimento simultâneo das categorias e elementos destacados, não existem condições para chamar determinada obra de autobiografia. Nesse ponto, nosso foco investigativo descritivo para o principal argumento que sustenta a definição de autobiografia aqui discutida: *a hipótese da identificação*, levantada por Lejeune como condição final de existência para uma autobiografia em sua singularidade. Como vimos anteriormente, existem características em que o rigor conceitual do autor pesa de forma mais branda, permitindo certa variação aqui ou ali. Contudo, ao tocarmos na questão da hipótese anteriormente mencionada, o autor salienta de maneira expressa:

Nesse caso, não há transição nem latitude. Uma identidade existe ou não existe. Não há gradação possível e toda e qualquer dúvida leva a uma conclusão negativa.

Para que haja autobiografia (e, numa perspectiva mais geral, literatura íntima), é preciso que haja relação de identidade entre o *autor*, o *narrador* e o *personagem* (LEJEUNE, 2014, p.17-18; grifos do autor).

Lejeune deixa claro, em um tom acentuadamente normativo, o princípio estabelecido da autobiografia enquanto gênero. Alinhado com uma visão endossada pela Pragmática, a relação de identidade entre as instâncias narrativas de autor, narrador e personagem passam a garantir os termos iniciais do que seria o *contrato* de uma obra reconhecidamente autobiográfica. Para tanto, o desenvolvimento dessa hipótese se

embasa amplamente nas teorias sobre narratologia de Gerard Genette (1995) mobilizadas com o intuito de evidenciar as condições em que podemos identificar essa relação de plena identidade.

Inicialmente o uso da primeira pessoa assegura a identidade entre o narrador e o personagem principal, sob os contornos da autodiegese proposta por Genette (1995) ou seja, a voz que narra é a voz que personifica o ato narrado. Esse seria o caso ideal para a ocorrência de uma autobiografia conforme Lejeune, uma vez que só nos restaria a condição de que o autor declarasse sua identidade como sendo este *mesmo* sujeito real que viveu e agora narra as ações em retrospectiva.

Ciente dessa frágil relação de estabilidade materializada no uso da primeira pessoa, Lejeune propõe outras condições para realização da identificação entre narrador, personagem e autor, o último sendo a haste mais instável do tripé aqui descrito. O caminho levantado pelo estudioso circunda os postulados benvenistianos (BENVENISTE, 1989) acerca da enunciação e sua relação com o referente, o qual Lejeune (2014) toma como parte de seu percurso que considera ainda os dados extralinguísticos como possível garantia de identificação entre autor e narrador. Entretanto, é a relação individualizante que o autor levanta em relação ao sujeito e seu *nome próprio* que respalda a chave para a resolução da fragilidade em sua hipótese de identificação.

“O estatuto precário de toda identidade, assim como de toda referência, o leva a propor diversas alternativas até ancorar no nome, lugar de articulação de ‘pessoa e discurso’: nome, assinatura, autor” (ARFUCH, 2010, p.52-53). Como discute Leonor Arfuch (2010), a resposta que estrutura a dificuldade encontrada por Lejeune recai sobre a conversão da primeira pessoa no nome próprio. O nome frequentemente presente na capa e/ou mesmo referenciado no decorrer da obra representaria todo o vínculo de presença do autor e sua relação com as demais instâncias narrativas do texto.

Quando se constata a identidade autor-narrador-personagem, o que no arcabouço de Lejeune seria a composição de uma obra autobiográfica, a atitude do leitor seria um tanto quanto oposta à sua relação com a obra ficcional: “Diante de uma narrativa de aspecto autobiográfico, a tendência do leitor é, frequentemente agir como um cão de caça, isto é, procurar as rupturas de contrato (qualquer que seja ele)” (LEJEUNE, 2014, p.31). *Será que isso aconteceu mesmo? Ele/ela viveu mesmo isso?*, são questões

recorrentes no gesto de leitura de uma autobiografia, reminiscentes ao que fora proposto pelo texto que se tem como *modelo* frequentemente tomado no condizente à produção autobiográfica e até mesmo na elaboração do conceito que estamos trabalhando: as *Confissões* de Rousseau.

Tendo discorrido sobre a influência e papel do autor, é relevante ressaltar que, como sugere Lejeune (2014, p.30), em relação ao movimento de recepção de uma autobiografia no viés do leitor: “A autobiografia não é um jogo de adivinhação, mas exatamente o contrário disso”. A possibilidade de identificação que encerra o nome enquanto peça dialógica que relaciona o sujeito a papéis sociais e consequentes sentidos, conferindo *status* de real ao texto autobiográfico, é impreterivelmente a marca mais emblemática do acordo entre leitor e autor que vem a ser sugerido por Lejeune nos termos do que passa a ser concebido por *pacto autobiográfico*. É marcadamente um gesto contratual de base pragmática entre partes sob o qual está em negociação a condição de veracidade circunscrita às formas autobiográficas. Fica estabelecida então “a ideia do pacto autobiográfico entre autor e leitor, desligando assim a crença e verdade: ‘Pacto (contrato) de identidade selado pelo nome próprio’ (ARFUCH, 2010, p.53).

O pacto estabelece a partir de alguns critérios a afirmação junto ao leitor da identidade constituída entre autor, narrador e personagem, solidificada pela relação com o nome próprio. Duas grandes possibilidades para a realização do pacto são pré-concebidas por Lejeune: i) de forma implícita, a partir do uso de títulos ou subtítulos que vinculem os escritos à figura do autor e também a partir das colocações nas seções pré-textuais, normalmente um prefácio, apresentação ou agradecimentos em que o autor trate a história a ser contada como não só de sua autoria, mas sim como acontecimento pertencente à sua própria história de vida; ii) o que Lejeune chama de modo patente, uma correlação clara e explícita evidenciada pela correspondência entre os nomes do personagem e do autor.

A hipótese da identificação dessas instâncias narrativas é alicerce primordial que garante a viabilidade de um relato em contornos autobiográficos, ou seja, cabe ao leitor, no fim do dia, em uma decisão tomada num viés pragmático, como sugere Arfuch (2010), crer ou não na possibilidade de que aquilo que é relatado realmente tem credibilidade no viés do sujeito que diz tê-lo protagonizado. O valor que Lejeune atribui

ao leitor no todo de seus estudos parece justificável, uma vez que é este o responsável por determinar enquanto interlocutor a tal noção de *real* de que está imbuído o discurso autobiográfico.

De acordo com a perspectiva discursivo-dialógica que sustenta nosso trabalho, observamos que a definição de gênero lançada por Lejeune é responsiva a uma ótica positivista que paira sobre algumas correntes de pensamento do mundo ocidental. Sua visão não só parte de um olhar paradigmático para a autobiografia em relação às demais formas de escrita de si, como também para os contornos do próprio gênero autobiográfico, sobre o qual converge o caráter normativo e enviesado de uma leitura pouco flexível e formatada do gênero.

Ao mesmo ritmo em que constatamos pontos sensíveis nos postulados de Philippe Lejeune, não podemos refutar a configuração da autobiografia enquanto um gênero, ao que fazem alguns teóricos como Jean Starobinski (2006) e Paul de Man (1984). Tomados pelo olhar da análise dialógica do discurso, somos tensionados a discordar da impossibilidade de classificar a autobiografia em sua genericidade ao tomarmos por base sua constituição discursiva. Faz-se necessária a discussão de alguns nós e lacunas que são sensíveis na teoria de Lejeune e que, em nosso ver, podem ser suplementadas no chão do aporte da teoria dialógica.

Nessa direção, o terreno fica pronto para que Arfuch trabalhe a terra onde vem a crescer posteriormente os gêneros do *espaço biográfico* (2010). Arfuch então formula sua metodologia conceitual e princípios de análise considerando justamente a linguagem como matéria viva, heterogênea e cambiante, semelhantemente ao que se propõe a matriz do pensamento de Bakhtin e do Círculo.

3 A autorreferência ressignificada

Ficam aqui então possíveis questionamentos quanto à funcionalidade da autobiografia enquanto forma em que a própria raiz etimológica pressupõe uma inevitável *autorreferência*. A problemática parte da impossível realização de um conclusivo retorno a si, de maneira assertiva. A partir do referencial bakhtiniano mobilizado em nosso fazer epistemológico, o sujeito não pode estabelecer consigo mesmo uma relação de plena identificação, elemento preconizado pela definição de

gênero autobiografia levantada por Philippe Lejeune (2014) que tratamos na seção anterior.

Partindo do que intentara Lejeune (2014) e notando as brechas na sua tentativa de uma leitura mais compreensiva das modalidades narrativas (auto)referenciais, a pesquisadora argentina Leonor Arfuch (2010) compromete seu projeto de pesquisa com o estudo de um espaço de confluência das formas (auto)biográficas, a julgar principalmente pela ocorrência cada vez maior e mais diversificada dessas manifestações languageiras na sociedade contemporânea. Lançando um olhar para a construção identitária do sujeito em meio a uma sociedade globalizada e hipermediática em que as relações sociais não mais estão circunscritas a condições geográficas, linguísticas ou culturais, os estudos de Arfuch nos convidam a observar a curiosa forma com que os sujeitos contemporâneos cada vez mais fazem uso de formas de linguagem que tomam a vida como (auto)referência.

Tem-se por referência um trabalho que envolve desde os tradicionais diários, memoriais, biografia, autobiografia a gêneros elaborados por relações hipermediáticas e característicos desse contexto marcado por um esvaziamento da realidade concreta, um *êxodo virtual* (MCGONIGAL, 2012), como os *blogs*, *vlogs*, videogames e as tão famosas redes sociais (*facebook*, *instagram*, *twitter*, etc) que chancelam um gosto por um privado demasiadamente público (ARFUCH, 2010). Fica então como destaque por Arfuch, dentre outras coisas, a possibilidade de novas percepções quanto ao ato de (auto)biografar uma existência, em que não mais se pondera unicamente a uniformidade, tanto preconizada como traço da hipótese de identificação levantada por Lejeune e pela rigidez de seu pacto autobiográfico.

A pesquisadora observa então as materialidades languageiras de forma a considerar também as constituições de sujeito que se depreendem nos usos languageiros, levando a cabo o que traz Raymond Williams (1979), quando refletimos sobre o funcionamento da linguagem em seu vínculo expressivo em relação com aquele que a mobiliza. Arfuch identifica e deixa evidente que, na baila da hibridez da linguagem, o sujeito constituído pelo uso languageiro vem a ser, de maneira consequente, heterogeneamente constituído, sendo esse um fator que influencia as construções enunciativas e, de maneira concomitante, o processo sócio-interacional. Por essa condição de heterogeneidade constitutiva do discurso, em um olhar inscrito no

dialogismo bakhtiniano, fica salientada, nos aportes da investigação de Arfuch, a posição crucial ocupada pelo *outro* no todo desse inacabamento que compõe o ato de linguagem e a própria existência, como sugere Bakhtin.

Dentre as propostas exploradas por Arfuch, podemos depreender a visualização de uma ressemantização daquilo que seria a relação de identificação entre autor-narrador-personagem. Tal proposta, discutida como condição de vida ou de morte por Lejeune em sua definição de gênero autobiográfico, é observada pela pesquisadora argentina com o aporte das proposições de Bakhtin e do Círculo. Seguindo a leitura de Arfuch, nos colocamos a problematizar a funcionalidade do gênero autobiografia em uma orientação dialógica. Temos por ponto de partida, nesse sentido, a lacuna identificável na hipótese de identificação que estrutura a concepção de autobiografia no viés do pacto autobiográfico.

Até esse passo, a proposta de uma narração autobiográfica encerra a ideia de que *eu* estabeleço diálogo *comigo mesmo*, tratando de acontecimentos referentes à minha própria percepção sobre minha vida e o que a ela se vincula. Mas, para além de mim mesmo, tenho por finalidade dialógica do meu relato sobre mim e contado por mim, um *sujeito terceiro* que não sou necessariamente eu.

A partir da teoria dialógica do discurso, o sujeito age, enuncia em uma orientação tomada por responsividade e responsabilidade, por um processo de significação concreta que subentende uma objetificação do que vem a ser o objeto estético. Tal objetificação é elaborada com base no estágio de acabamento do sujeito e nomeadamente nas condições linguísticas e extralinguísticas que compõem o momento enunciativo. Ao narrar a si mesmo, o sujeito individualiza-se, valorativamente objetiva a si mesmo, uma vez que a plena determinação do sujeito é impossível ao ato. Na ordem de significação concreta, o sujeito toma uma *imagem* de si, ou seja, a representação de si que teria subsequentemente por finalidade ou horizonte axiológico externo, a si mesmo como outro e, ao mesmo tempo, de fato outros sujeitos. Podemos sintetizar essa relação que ressignifica, com base em Arfuch (2010), à visão de Lejeune quanto à autorreferência da seguinte forma: referir-se a si mesmo - *narrar de si/ narrar por si/ narrar para si*.

O narrar de si envolve o principal ponto em comum das narrativas do eu, a peça que permite, por exemplo, a Leonor Arfuch alicerçar a ideia do *espaço biográfico*: sua

temática de ordem vivencial. Narrando de si o sujeito tem por temática sua própria vida, aquilo que marca a sua existência e a singulariza, por consequência. Pensando o sujeito e sua heterogeneidade constitutiva, o narrar de si na autobiografia pode ser feito em níveis distintos, como trata Arfuch (2010, p.133; grifos da autora):

Três graus de análise da narração de uma vida: *íntimo, privado, biográfico*. Efetivamente, se adotamos a metáfora do ‘recinto’ da interioridade, o íntimo seria talvez o mais recôndito do eu, aquilo que roça o incomunicável, o que se ajusta com naturalidade ao segredo. O privado, por sua vez, parece conter o íntimo, mas oferece um espaço menos restrito, mais suscetível de ser compartilhado, uma espécie de antessala ou reservado povoado por alguns outros. Finalmente, o biográfico compreenderia ambos os espaços, modulados no arco das estações obrigatórias da vida, incluindo, além disso, a vida pública.

O ato de narrar os diferentes níveis de interioridade da vida, desde o mais íntimo, recluso, aos níveis mais visíveis e públicos, pode ser exemplificado semelhantemente ao que coloca Arfuch no trecho anteriormente citado, como um certo armário com várias gavetas e compartimentos. O acesso a cada diferente espaço só é concedido por aquele que tem a posse do móvel, tendo as chaves que dá acesso a cada diferente nível e que, ao seu querer, permite ou não a circulação de determinado conteúdo. Nesse momento, podemos apontar o narrar por si, sendo o dono do armário o eu que dá margem em sua voz presente às memórias que ressoam dialogicamente com o momento atual, sob a forma de *marcas enunciativo-dialógicas*. Essas marcas que são ressaltadas nos fios dialógicos da tapeçaria mnemônica se constituem como refrações do passado mergulhadas inevitavelmente no olhar do eu presente.

Esse sujeito que detém as chaves para sua visão singular atua como aquele que abre os compartimentos e traz à tona o que estes guardam. Essa visão nos possibilita discutir no entorno do relato autorreferente o respaldo que o sujeito assume sobre sua trajetória de vida, seu lugar de fala. Diferente da biografia e semelhantemente ao diário íntimo, na autobiografia o próprio sujeito que vivenciou os fatos encerra sua visão sobre o que lhe ocorreu. A ideia de uma narração por si seguramente evoca o paradigma de fidelidade no relato vivencial, uma vez que uma história contada à luz de quem vivenciou o acontecimento sugere maior garantia de veracidade no relato... ou não.

Podemos sugerir, a partir de Starobinski (2006) e de Volóchinov (2017), considerando o uso da linguagem como um ato social situado, que o eu que narra de si o

faz refratando as condições atuais do momento em que o enunciado é produzido; dessa forma, o uso linguageiro encerra características que denotam certo estágio de acabamento, a julgar pelas condições do enunciado. Quando um sujeito necessita reportar um evento que lhe ocorreu no dia anterior, este é impelido a olhar para o momento de seu enunciado tomado pela luz daquele momento presente em que este agora se encontra e onde ocorre a enunciação. Esperar, nessa linha, que o sujeito que vivenciou tenha total capacidade de resgate daquilo que lhe aconteceu sem que este fato sofra influência do momento em que dado sujeito se encontra, é contrário à natureza do uso linguageiro em viés dialógico.

Nesse sentido, quem agora enuncia não pode tratar o acontecimento com os mesmos olhos daquele que uma vez presenciou determinado evento. Cabe então ao autor, na esfera de escrita autobiográfica, *extralocalizar-se* (BAKHTIN, 2017), em outras palavras, distanciar-se de seu eu atual e mergulhar no espaço da memória para trazer à tona as experiências outrora vivenciadas, deixando que seu excedente de visão, dada a sua extraposição em relação a si mesmo, lhe permita reconstruir o já vivido sob um olhar ressignificado. Dessa forma, as experiências são transmitidas com tons diferentes, já que o eu que as revisita se encontra num estado de acabamento distinto daquele que as vivenciou.

Ratificando, a relação do eu com o *outro* é uma inegável constatação de que o sujeito existe numa orientação sócio-interacional, de que o discurso existe no diálogo, na palavra partilhada. Como deixa claro Bakhtin (2011) tratando a releitura do livro que havia escrito acerca da obra de Dostoiévski, constitui-se sujeito por meio de uma relação que não só pressupõe, mas requer o envolvimento do outro, sendo impossível cogitar a viabilidade de qualquer acontecimento humano no âmbito de uma única consciência. A esse ponto, citamos o pensador russo:

Eu tomo consciência de mim e me torno eu mesmo unicamente me revelando para o outro, através do outro e com o auxílio do outro. [...] nenhum dos acontecimentos humanos se desenvolve nem se resolve no âmbito de uma consciência. [...] Uma só consciência é um *contradictio in adjecto*. A consciência é essencialmente plural. *Pluralia tantum*. (BAKHTIN, 2011, p.341-342; grifos do autor)

Ainda que fisicamente sozinhos, somos provocados pela existência dessa voz que ecoa como uma representatividade dos sujeitos que povoam o *cronotopo real* em *Bakhtiniana*, São Paulo, 15 (2): 119-144, abril/jun. 2020.

que se situa o processo enunciativo. Essa voz *alter* não é uníssona, é diversa e difusa, são na verdade vozes plurais que se arranjam em *heteroglossia* e que, tal qual o fio discursivo e também a linguagem nessa percepção, nos constitui, sendo a nossa busca por acabamento motivada pela forma com que nos relacionamos com a extraposição ocupada pelo outro.

Mesmo que se pretenda uma relação pura em que o sujeito busque um diálogo consigo mesmo, é necessário que ele ocupe uma posição externa, terceira, na qual este pode contemplar a si mesmo. O caso é que, para ocupar essa posição externa, alheia, o sujeito terá de olhar para si com olhos alheios, o olhar do outro. O sujeito não olha para si com seu próprio olhar, ele é tomado pelas lentes do outro que fazem parte de sua constituição, ao passo que, no fim das contas, o sujeito que busca encontrar a si é um sujeito *outro*, *eu-alter* que se relaciona consigo mesmo. Prova-se:

[...] inviável a relação imediata consigo mesmo na confissão (do narcisismo à autonegação). Revelou-se o papel do outro, só à luz de quem é possível construir qualquer discurso a respeito de si mesmo. Revelou-se a complexidade do simples fenômeno da contemplação de si mesmo no espelho: com os próprios olhos e com os olhos do outro ao mesmo tempo, o encontro e a interação dos próprios olhos com os olhos do outro, a interseção de horizontes (do seu e do outro), a interseção de duas consciências (BAKHTIN, 2011, p.343).

No caso de uma enunciação em que eu tomo a mim mesmo como destinatário de meu enunciado, constrói-se uma referência do eu para consigo mesmo, uma orientação *eu-outro-de-mim-mesmo*. Contudo, como se configura essa relação? A única hipótese viável para que esse diálogo ocorra recai sobre a afirmação de que este eu que se torna destinatário de si mesmo deixa de ser o mesmo e olha para si com os olhos do outro, como salientamos a partir de Bakhtin nas últimas citações. Vejamos no fragmento seguinte da obra *El cuarto de atrás* uma possível representação desse movimento:

Então, o que faço?... Pois nada, se eu perdi meus óculos, farei desenhos simples, isso descansa meus olhos; vou descobrir que estou traçando estrias com um pau na areia da praia, é muito bom porque a areia é dura e o pau é pontiagudo, ou talvez seja um caracol pontiagudo, não importa, não sei qual praia é, poderia ser Zumaya ou La Lanzada, é à tarde e não há ninguém, o sol desce vermelho e achatado, na neblina, para se banhar no mar. Eu pinto, pinto, o que pinto? Com qual cor e qual letra minúscula? Com o C do meu nome,

três coisas com o C, primeiro uma casa, depois um quarto y depois uma cama (MARTIN GAITE, 2012, p.20-21)².

Na citação anterior, observamos a autora/narradora/personagem se questionar acerca de sua rotina enquanto escritora, desenvolvendo um diálogo que tem por finalidade enunciar-se a si mesma. Notemos que esse diálogo se efetiva no desenrolar da narração de ações que já se concluíram ou que se concluem, de acordo com o foco narrativo, no momento da enunciação, permitindo-nos inferir ser esse espaço da memória o lócus específico para que esse diálogo tenha lugar. Esses diálogos são estabelecidos numa orientação eu-outro-de-mim-mesmo e ainda que se trate da mesma pessoa, são momentos enunciativos distintos que se intercalam num encontro entre presente e passado que se âncora na recordação, no sonho, na lembrança ou mesmo no esquecimento.

Vemos, no exemplo anterior, que a autora/narradora/personagem intersecciona momentos em que ela parece ser transportada a outros lugares de sua afeição, como cita a praia, e momentos em que ela presentifica sua narração para o momento de sua escrita, ao que se encontra em sua casa, em seu quarto e posteriormente em sua cama. A memória é aqui então vista como a possibilidade de um devir que confere extrema sinuosidade ao fluxo dos eventos, pouco comprometido (sobretudo em *El cuarto de atrás*) com uma cronologia ou sequenciamento linear para o narrar dos fatos.

Destacamos nessa ideia da narração de si/ narração por si enquanto momentos constituintes da narratividade autobiográfica, um imprescindível elemento que a integra: a memória, a lembrança. A memória não está sujeita ao caminhar retilíneo que possa querer impor o sujeito, não é uma terra que nos permite decidir plenamente o caminho, cada incursão tem diferentes gatilhos e diferentes trajetos, ainda que se tratem das *mesmas* pessoas e/ou dos *mesmos* acontecimentos. Como coloca Beatriz Sarlo, em relação à memória e os elos entre passado e presente:

² No original: “Entonces, ¿qué hago?... Pues nada, si he perdido las gafas, me pondré a hacer dibujos sencillos, eso descansa los ojos; me voy a figurar que estoy trazando rayas con un palito sobre la arena de la playa, da mucho gusto porque la arena es dura y el palito afilado, o tal vez sea un caracol pontiagudo, no importa, tampoco sé qué playa es, podría ser Zumaya o La Lanzada, es por la tarde y no hay nadie, el sol descende rojo y achatado, entre bruma a bañarse en el mar. Pinto, pinto, ¿qué pinto?, ¿con qué color y con qué letra? Con la C de mi nombre, tres cosas con la C, primero una casa, luego un cuarto y luego una cama.”

Além de qualquer decisão pública ou privada, além da justiça e responsabilidade, há algo intratável no passado. Apenas patologias psicológicas, intelectuais ou morais podem reprimi-lo; mas este ainda está lá, de longe e de perto, espreitando o presente como a lembrança que invade o momento menos pensado, ou como a nuvem insidiosa em torno do fato de que alguém não quer ou não consegue se lembrar. O passado não se pode ser renunciado pelo exercício da decisão ou inteligência; nem é convocado simplesmente por um ato da vontade. O retorno do passado nem sempre é um momento libertador de recordação, mas um advento, uma captura do presente (SARLO, 2007, p.9)³.

Por esse encaminhar, o evento, uma vez concluído, passa a integrar o dado mnemônico que é aqui entendido numa percepção diferente daquela que pensa o reviver, visto que a ação transcorrida se situa agora em uma versão temporal diferente daquela do acontecimento original, a temporalidade de sua lembrança. Seja com relação ao que pode/quer ser lembrado ou ao que não se pode/quer ser esquecido, a ressignificação do vivido é inevitável, tendo em vista que o sujeito da linguagem concomitantemente reflete e refrata as diferentes posições enunciativo-axiológicas em que se encontra, seus vários estágios de (in)acabamento ao longo desse eterno *vir-a-ser* também chamado vida.

Tendo em vista que o enunciado tem por prerrogativa inicial um horizonte avaliativo externo ao qual este é destinado e, ao mesmo tempo, a ele dá acabamento, cabe-nos refletir nesse viés sobre o narrar para si como peça integrante do exercício de autorreferência. O ato de lembrar-se daquilo que agora ocupa o tecido da memória requer que o sujeito em sua presenticidade busque um diálogo consigo mesmo, o outro que ele uma vez fora no curso da ação que se pretende recordar. Nesse sentido, quando colocamos a hipótese de uma narração para si, o fazemos de forma a subentender um diálogo entre o sujeito que enuncia com um eu-*alter* através do curso mnemônico, aquele que personifica a ação em referência, o sujeito do enunciado com o qual o sujeito da enunciação não coincide em estágio de acabamento. É um diálogo entre consciências diferentes que pertencem ao mesmo indivíduo, mas que não se identificam plenamente

³ No original: “Más allá de toda decisión pública o privada, más allá de justicia y de la responsabilidad, hay algo intratable en el pasado. Pueden reprimirlo sólo la patología psicológica, intelectual o moral; pero sigue allí, lejano y próximo, acechando el presente como el recuerdo que irrumpe en el momento menos pensado, o como la nube insidiosa que rodea el hecho que no se quiere o no se puede recordar. Del pasado no se prescinde por el ejercicio de la decisión ni de la inteligencia; tampoco se lo convoca simplemente por un acto de la voluntad. El regreso del pasado no es siempre un momento liberador del recuerdo, sino un advenimiento, una captura del presente”.

em razão da carga discursiva que os constitui de maneiras distintas. Nesse tom que refuta a identificação entre autor-narrador-personagem, Arfuch (2010, p.54; grifo nosso) externa:

[...] o narrador é outro, diferente daquele que protagonizou o que vai narrar: como se reconhecer nessa história, assumir as faltas, se *responsabilizar por essa outridade*? E, ao mesmo tempo, como sustentar a *permanência*, o arco vivencial que vai do começo, sempre idealizado, ao presente ‘testemunhado’, assumindo-se sob o mesmo ‘eu’?

Esses posicionamentos são bem esclarecidos por Bakhtin na proposta de uma enunciação em viés dialógico. Ao narrador, cabe de fato ser concebido como um outro, um outro de si mesmo, porções de uma identidade fragmentada e em constante estado de acabamento a partir do seu contato com o outro, que lhe contempla de uma posição externa e privilegiada, porção necessária para concretização de qualquer proposta de interação discursiva. A noção da permanência, inerente à ideia do relato vivencial já discutida aqui é, como bem propõe Arfuch, dado idealizado, uma vez que se faz impossível a narração de determinado acontecimento tal qual foi no presente enunciado, especialmente por não se tratar da *mesma* subjetividade que as presenciou em primeira instância. Assim, esse eu-*alter*, que é ao mesmo tempo um outro em relação a si mesmo, (res)significa a experiência vivida costurando sob as luzes de seu momentos enunciativos novos sentidos, novos olhares e percepções antes não exploradas para um mesmo dado que se crê já encerrado e, portanto, impossível de ser alterado.

Essa etapa em que se dá o diálogo entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado é peça chave da elaboração de uma narração autorreferente em viés dialógico. Leonor Arfuch justifica o uso do aporte bakhtiniano de maneira a trabalhar com o que pensamos ser a principal lacuna deixada pela postulação de Lejeune em relação à autobiografia e sua genericidade, pois segundo a pesquisadora: “Sem a contribuição dessa formulação bakhtiniana, a tentativa de Lejeune de definir a especificidade da autobiografia se revela no final das contas infrutífera” (ARFUCH, 2010, p.56).

Considerações finais

Como apresentado em nossa discussão, o relato autobiográfico surge, em tom preambular, filiado a cronotopos da Antiguidade e é somente nos dias da Modernidade que o sujeito passa a reconhecer a si em suas diferenciações, cisões, em relação ao homem para si e o homem para o outro. Inicia-se nesse ponto o que se demarca como a valorização do indivíduo e de suas particularidades na culminância do período romântico, ao que vemos de maneira relevante as *Confissões* rousseauianas como um marco das evidências no reconhecimento do sujeito enquanto subjetividade heterogeneamente constituída.

Vemos então nascer outra forma de narrativa autorreferente, que pauta uma subjetividade a revelar sua intimidade, a compartilhar com sua coletividade aquilo que a preocupa, que acredita, a vivência que resulta das marcas da ação do tempo, da história e das interações sociais sob o cotidiano de indivíduos em sua singularidade. Partimos então a constatar que, com esse olhar para uma narração de si e narrada por si, tem-se uma promessa de fidelidade, de uma pretensão por sinceridade no relato. Uma vez que a pessoa que vivenciou as ações em perspectiva é a mesma que as conta, paira então a promessa de que esta subjetividade contará os fatos tais quais eles aconteceram por ser a *mesma* pessoa que os viveu.

Essa leitura está cunhada na imanência do vivencial, no viés de que a experiência pode subsistir imutável na memória da pessoa e assim viria a ser transferida para outros sujeitos de maneira a manter sua integridade enquanto acontecimento. Alude à ideia áurea, inalcançável, crença de orientação metafísica que separa o discurso do chão da interação social, das relações cotidianamente orientadas em que vemos subjetividades heterogêneas, coerentes em suas múltiplas feições, mutáveis e irreconhecíveis a si mesmas no amanhã, no ontem, no hoje.

Tal visão foi, em parte, endossada pelo teórico Philippe Lejeune em sua conceituação do gênero autobiografia e das materialidades que se fundam numa narração autorreferente. Ao conjecturar sobre o funcionamento do enunciado autobiográfico, Lejeune destaca a formação de um espaço autobiográfico em que a autobiografia é consubstanciada pela leitura contratual normativa do pacto autobiográfico, conceituando a autobiografia e gêneros vizinhos com o uso de

paradigmas excludentes e limitantes, pouco favoráveis a uma apreciação da linguagem em sua riqueza plural, diversa e sua condição cambiante.

Posicionamo-nos, então, a repensar autorreferência constitutiva do gênero autobiografia alicerçados por uma visão de sujeito mais coerente com a heterodiscursividade que o compõe e concomitantemente também com a materialidade linguageira. Vemos esse caminho na brecha que abre a pesquisadora Leonor Arfuch para que (re)pensemos justamente as questões nomeadas anteriormente, balizando a constituição identitária do sujeito em seu trajeto até a sociedade contemporânea com a confluência de inúmeras formas que tematizam as tonalidades do eu.

Constatamos no *espaço biográfico* terreno para o empreendimento de uma nova conceituação para a autobiografia que se ancora na dialogicidade discursiva fundante da linguagem, como nos apresentam Bakhtin e o Círculo ao longo da discussão proposta no decorrer do presente artigo. Nesse sentido, a principal consideração que temos nessa leitura menos rígida e mais horizontalizada do gênero autobiografia evidencia o papel do outro na constituição do eu. A necessidade do acabamento no horizonte contemplativo do outro evidencia os traços de uma subjetividade, de uma visão de linguagem e de um olhar para o vivencial em suas feições evanescentes e nunca plenamente *acabadas*.

Ao observar o funcionamento da autorreferência na autobiografia enquanto gênero, pudemos constatar, pelo ângulo do discurso, que o relato que se propunha a dar conta com fidelidade daquilo que uma vez foi, se ocupará também daquilo que compete ao agora, não somente daquele sujeito que era como também desse sujeito que no presente é e, em sua atualidade, rememora o vivenciado. A esse exercício mnemônico cabe então o entendimento de que a subjetividade que narra não é a mesma que diz ter vivido determinado acontecimento. Pelo fluxo da interação social e do constante revelar-se ao outro, porém, o sujeito agora é também *outro* e estabelece um diálogo consigo mesmo para dar margem a externar aquilo que *marcou/marca* sua vida.

Concluimos que o enunciado autobiográfico é sempre orientado para um processo de reinvenção daquilo que dialogicamente fala ao momento enunciativo de uma dada subjetividade. As relações enunciativo-dialógicas que delineamos evidenciam a ressignificação do dado como acabado, concluído, centrado numa noção do presente enquanto resultado de um passado ressemantizado. Portanto, a vivência é não revivida,

mas ressignificada, tanto pelos olhos daquele que as (re)conta, uma vez que não é mais o mesmo que as viveu e sobre sua enunciação incide sua presenticidade, como também no olhar de quem atua na compreensão ativa de determinado enunciado, co-criando e dando acabamento nas luzes de seu próprio contexto interlocutivo para aquilo que o relato encerra.

A representação do vivencial no todo da produção autobiográfica não se dá numa relação fidedigna, mas incorre –como toda representação assim o faz- numa refração do que uma vez aconteceu e marca a história corrente de uma dada subjetividade. Tratando-se da atividade representacional em seu teor estético, é necessário entender que o efeito da estilização em si impede que a reprodução fiel aconteça. Temos, dessa forma, uma obra aberta a possibilidades interlocutivas, a julgar pelos fatores linguísticos e extralinguísticos em que ela foi concebida e, tomando-se um relato de vida, especialmente, também as condições em que ocorreu o ato enunciado. Portanto, uma relação de autorreferência que se propõe à plena retomada daquilo que uma vez significou é inviável pela natureza do gesto enunciativo. Ou seja, não se pode esperar de qualquer relato vivencial uma fiel reprodução dos eventos passados, seja pela relação que este relato estabelece com as diferenças entre o momento de enunciação e o momento enunciado ou mesmo pela já provada relação de alteridade entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação (*eu e eu-outro-de-mim-mesmo*).

Podemos então concluir sobre a funcionalidade do gênero autobiografia que este é palco da confluência de múltiplas vozes/vozes múltiplas. Vozes outras que constituem o eu, porções identitárias que dialogicamente retomam certa subjetividade e que interagem trazendo à tona o vivido que lhe entrecorta de maneira ressignificada. Tal ressignificação, descrita por nós como ato integrante da autorreferência no processo de autobiografar uma existência, se faz necessária em nossas leituras de obras autobiográficas.

Devemos buscar não a ausência de fidelidade no relato autobiográfico, mas sim pensar em *como* aquele que uma vez vivenciou o acontecimento relatado olha agora para este momento e dialoga consigo mesmo naquele contexto narrado. Um diálogo que não preconiza a essência do ocorrido, mas que subentende que o evento passado se desloca por meio da memória nas águas do momento presente e, dessa forma, deixa de ser uma plena captura daquilo que foi para ser sua ressemantização sob a luz daquele

que vem-a-ser. Em um outro dizer, se pautamos não a falta de verdade, mas sim a ressignificação do acontecimento como condição presente do exercício da autobiografia, caminharemos na contramão do pensamento binarista e teremos um olhar que compreende a autobiografia e demais escritas de si que supõem a autorreferrência como esse encontro de vozes que dialogicamente constituem uma subjetividade fragmentada.

REFERÊNCIAS

- ARFUCH, L. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Tradução Paloma Vidal. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.
- BAKHTIN, M. Reformulação do livro sobre Dostoiévski. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p.337-358.
- BAKHTIN, M. O discurso no romance. In: BAKHTIN, M. *Teoria do romance I: o romance como gênero literário*. Tradução, posfácio e notas Paulo Bezerra. Organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2015. p.47-78.
- BAKHTIN, M. Fragmentos dos anos 1970-1971. In: BAKHTIN, M. *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas*. Organização, tradução, posfácio e notas Paulo Bezerra. Notas da edição russa Serguei Botcharov. São Paulo: 34, 2017. p.21-56.
- BAKHTIN, M. *Teoria do romance II: o romance como gênero literário*. Tradução, posfácio e notas Paulo Bezerra. Organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2018.
- BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- CALLIGARIS, C. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos históricos: indivíduo, biografia, história*, vol. 10, n. 19, Rio de Janeiro, 1998. p.83-97.
- DE MAN, P. *Autobiography as de-facement*. The rhetoric of romanticism. Nova York: Columbia University Press, 1984. p.67-81.
- DELORY-MOMBERGER, C. *Biografia e educação: figuras do indivíduo/projeto*. Tradução e revisão científica de M. da Conceição Passegi, João Gomes da Silva Neto e Luis Passegi. Natal/RN: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2008.
- GENETTE, G. *Discurso da narrativa*. Tradução de Fernando Cabral Martins. Lisboa: Vega, 1995.
- GUSDORF, G. *Condiciones y limites de la autobiografía*. Suplementos Antropos, Madrid, n.29, p.9-20, 1991.
- LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Jovita Maria Gerheim Noronha (Org.). Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- MARTÍN GAITE, C. *El cuarto de atrás*. Madrid: Siruela, 2012.

MCGONIGAL, J. *A realidade em jogo: por que os games nos tornam melhores e como eles podem mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Best Seller, 2012.

MITIDIARI, A. L. *Como e porque (des)ler os clássicos da biografia*. Porto Alegre: EDIPUCRS; IEL, 2010.

NORONHA, J. M. G. Apresentação. In: LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Jovita Maria Gerheim Noronha (Org.). Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p.7-10.

ROUSSEAU, J. -J. *Confissões*. Tradução de Rachel de Queiroz e José Benedicto Pinto. Bauru: Edipro, 2008.

SARLO, B. *Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2007.

STAROBINSKI, J. The Style of Autobiography. In BROUGHTON, T. L. (ed.). *Autobiography: Critical Concepts in Literary and Cultural Studies*. Abingdon: Routledge, 2006.

VOLOCHÍNOV, V. (Círculo de Bakhtin). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução, notas e glossário Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio introdutório Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.

WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Declaração dos autores

Declaramos, na condição de autores do artigo Autobiografia e (Res)Significação, que tivemos acesso ao *corpus* de pesquisa, participamos ativamente da discussão dos resultados do trabalho e procedemos à revisão e aprovação da sua versão final. Atribuímos crédito ao que foi submetido e temos responsabilidade pelo conteúdo publicado. Autorizamos o periódico *Bakhtiniana*. Revista de Estudos do Discurso a publicar a artigo em questão em suas duas versões, português e inglês.

Recebido em 28/04/2019

Aprovado em 30/01/2020